Nota Breve 02.11.2026

Portugal – Saldo orçamental melhora consideravelmente em setembro (contabilidade pública)

Resumo

- **Em contabilidade pública, o saldo orçamental das Administrações Públicas registou um excedente equivalente a 2.1% do PIB no acumulado do ano até setembro**[1], um resultado mais modesto quando comparado com os 2.7% registados em igual período de 2025, mas consideravelmente acima dos 0.1% registados no mês anterior. Isto reflete uma aceleração no crescimento da receita (9.6% homólogo, +1.7 p.p. face a agosto) superior à verificada na despesa (11.7%, +1.3 p.p.).

Avaliação

- **Os dados consolidados da execução orçamental (na ótica de caixa) revelam um excedente orçamental de 5,054 milhões de euros, o equivalente a 2.1% do PIB no acumulado até setembro**, o que compara com um saldo positivo de 2.7% em igual período de 2025 (o equivalente a 6,304 milhões de euros). Este comportamento deriva do facto de a despesa continuar a crescer de forma mais acentuada que a receita, (11.7% e 9.6% homólogo, respetivamente), apesar de se verificar uma melhoria no último mês, quando se tinha verificado um excedente de 0.1% do PIB (crescimento da receita acelera mais do que o da despesa: +1.7 p.p. vs. +1.3 p.p. face ao acumulado até agosto).

- **No acumulado do ano até setembro,** a receita fiscal e contributiva registou um aumento homólogo de 5,273 milhões de euros, explicando 59% do aumento da receita total (9.6% ou 9,080 milhões de euros). O incremento na receita fiscal (6.7% homólogo; 3,587.4 milhões de euros; contributo de cerca de 3.8 p.p. para a variação total) foi justificado principalmente pela execução do IRS (13.2%; 1,919.9 milhões), do IVA (9.3%; 1,783.5 milhões) e do IMI (21.8%); e limitado pelas variações no IRC (-6.3%; -464.2 milhões) e ISP (-5.1%; -159 milhões). Por sua vez, as contribuições para sistemas de proteção social subiram 6.7% (1,685.2 milhões, cujo contributo para a variação total foi de 1.8 p.p.). Entre as receitas não fiscais e não contributivas, que aumentaram 26.4%, destacaram-se as transferências (52.6%), os rendimentos de propriedade (28.5%) e as taxas, multas e outras penalidades (11.2%). A receita fiscal é a principal rubrica agregada em termos de contributos, associando-se à robustez do mercado de trabalho e, consequentemente, ao crescimento do rendimento e do consumo das famílias. Apesar disso, as outras receitas correntes continuam a contribuir de forma relevante para a execução (14.6% homólogo ou +1,885 milhões), nomeadamente devido ao recebimento de dividendos da CGD em junho (quase 990 milhões de euros em 2026, face a cerca de 672 milhões em 2025) e aos juros auferidos pela Segurança Social (cerca de 152 milhões, em grande parte associados às carteiras de ativos do Fundo de Estabilização

Execução Orçamental: variação homóloga das principais rubricas

	Variação homóloga (milhões de euros)	Variação homóloga (%)	Contribuição relativa p/ variação da receita/despesa (%)
Receita	**9 080,0**	**9,6**	-
Receita Fiscal	3 587,4	6,7	40
Contribuições de Segurança Social	1 685,2	6,7	19
Outras receitas correntes	1 884,9	14,6	21
Receita de capital	1 934,0	71,8	21
Despesa	**10 319,7**	**11,7**	-
Despesas com o pessoal	1 262,8	5,8	12
Aquisição de bens e serviços	2 660,5	21,7	26
Juros e outros encargos	446,3	8,9	4
Transferências correntes	1 815,5	4,6	18
Subsídios	223,1	12,6	2
Outras despesas correntes	30,1	6,7	0
Investimentos	2 576,6	48,0	25
Saldo global	**-1 239,7**	**-19,7**	-
Despesa primária	9 873,4	11,8	-
Saldo corrente	913,3	8,7	-
Saldo primário	-793,4	-7,0	-
Despesa corrente primária	5 786,4	7,5	-

Fonte: BPI Research, com base nos dados da EO.

[1] De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2026.

Financeira da Segurança Social (FEFSS) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), o que se justificou principalmente via aumento dos saldos médios de depósitos à ordem).

- **A despesa aumentou 11.7% (10,320 milhões de euros) e as rubricas explicativas continuam com a mesma dinâmica.** Destacam-se a aquisição de bens & serviços, as transferências correntes e o investimento. No primeiro caso, e tal como no mês anterior, o aumento de 2,661 milhões de euros é justificado pelo pagamento de dívidas vencidas do SNS e pagamentos de comparticipações a beneficiários da ADSE; a Entidade Orçamental detalha que, sem estes efeitos, a aquisição de bens e serviços teria aumentado 12.1% em vez dos 21.7% observados. No caso das transferências correntes, o aumento (+1,816 milhões de euros) é explicado pelos encargos com as pensões e pela contribuição financeira para o Orçamento da UE. Por fim, relativamente ao investimento (+2,577 milhões) salientam-se aqueles concretizados no âmbito do PRR pela Administração Central, tais como a capitalização e inovação empresarial; o alojamento estudantil; o reforço da capacidade do SNS; a expansão da rede de metro no Porto; a digitalização do transporte ferroviário pela IP; a instalação e modernização de centros tecnológicos especializados pelas escolas básicas e secundárias e a modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e formação profissional pelo IEFP, de acordo com a Entidade Orçamental.
- **A execução orçamental em contabilidade pública até setembro reforça a revisão em alta realizada recentemente às previsões para o saldo orçamental** (para 0.0% do PIB em 2026 e 0.1% em 2027), dada a realização do PRR superior ao esperado e as projeções do governo na Proposta de Orçamento de Estado para 2027.

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

(Dados acumulados até setembro de cada ano; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

janeiro-setembro	2019	2024	2025	2026	Var. 2026 vs 2019	Taxa variação média 2019-2025 (%)*	Taxa variação 2025-2026 (%)
Receitas	**40,0**	**38,6**	**39,3**	**42,6**	**2,7**	**6,9**	**9,6**
Receita Fiscal	22,9	21,0	21,6	23,6	0,7	5,9	6,7
Contribuições Seg. Social	10,2	10,7	10,9	11,1	0,9	9,1	6,7
Despesas	**39,7**	**38,3**	**38,3**	**40,6**	**0,9**	**6,7**	**11,7**
Despesas com pessoal	9,6	9,3	9,6	9,5	-0,1	7,5	5,8
Transferências Correntes	17,2	17,4	17,2	17,1	-0,1	7,2	4,6
Aquisição Bens e Serviços	5,5	5,4	5,2	6,1	0,6	4,9	21,7
Juros	3,9	2,5	2,3	2,2	-1,6	1,7	8,9
Investimento	1,9	2,1	2,3	3,3	1,4	8,6	48,0
Saldo Orçamental	**0,3**	**0,3**	**1,0**	**2,1**	**1,8**	-	-

Nota (*): exclui 2020-2022, anos afetados pela pandemia. Para 2023, receita ajustada da transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA. **Fonte:** BPI Research, com base nos dados da EO.

Banco BPI, SA - 2026
Tiago Miguel Pereira
e-mail: tiago.miguel.pereira@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO "NOTA BREVE"

A "Nota breve" é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (DF-EEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.